

A participação da comunidade escolar e suas implicações para a prática democrática da escola

Participation of the school community and its implication on the practice of democracy in the school

*Maria Aparecida Lopes Carneiro **

Resumo

O texto origina-se de uma pesquisa sobre a percepção dos protagonistas de uma escola pública em Brasília, com respeito à sua participação nas decisões referentes à organização e gestão da escola. Buscou-se mediante abordagem qualitativa recolher a opinião dos interlocutores, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas para pais, direção e professores e expressões escritas e figurativas dos alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. A investigação mostrou que a participação não alcança o ideal desejado para uma escola democrática, apresentando-se como uma prática que encontra o oferecimento de poucos espaços para a sua realização, e ocorrendo por meio do cumprimento das formalidades, se mostra como uma participação passiva e limitada. **Palavras-chave:** Participação. Comunidade escolar. Prática democrática. Gestão escolar.

Abstract

The text originated from a research on the perception of the protagonists of a public school in Brasília, with respect to their participation in the decisions regarding the school's organization and administration. It was sought, with the use of a qualitative approach, to collect the opinion of the speakers, making use of semi-structured interviews directed to the principals, parents and teachers; In addition to expressions, not only written but also figurative, of the students from the first to the fourth grade of the elementary school. The investigation showed that participation does not reach the ideal that characterizes a democratic school. It presents itself as a practice that finds few spaces offered by the school, and thus, when it occurs through the fulfillment of formalities, it appears as a passive and limited participation.

Keywords: Participation. School community. Democratic practice. School administration.

* Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Professora da Faculdade Santa Terezinha (Taguatinga – DF).
E-mail: lmariaaparecida@yahoo.com.br

Résumé

Participation de la communauté scolaire et ses implications sur la pratique de la démocratie à l'école

Le texte prend son origine d'une recherche sur la perception des protagonistes d'une école publique à Brasília, traitant de sa participation dans les décisions qui ont à voir avec l'organisation et la gestion de l'école. Utilisant une approche qualitative, on a tenté recueillir l'opinion des interlocuteurs, à travers des entrevues semi-structurées avec les parents, la direction et les maîtres et des expressions écrites et figuratives des élèves de la première à la quatrième année de l'enseignement fondamental. La recherche a montré que la participation n'atteint pas l'idéal désiré pour une école démocratique mais se présente comme une pratique qui rencontre une offre de peu d'espaces pour sa réalisation et qui a lieu par l'intermédiaire de formalités, se révélant une participation passive et limitée.

Mots clefs : Participation. Communauté scolaire. Pratique démocratique. Gestion scolaire.

Introdução

Em 10 anos na rede pública de ensino do Distrito Federal, como professora do ensino médio, acostumei-me a refletir sobre as questões relativas à participação de educadores, pais, alunos, funcionários, representantes comunitários, enfim, de todos os envolvidos no processo escolar, para uma prática democrática na escola.

No ano de 2000, por ocasião do curso de mestrado, escolhi como tema de minha dissertação a participação da comunidade escolar, analisada mediante expressões figurativas dos alunos em certas faixas etárias (7-8 anos; 9-10 anos; 11-12 anos) em uma escola pública, localizada em Taguatinga, cidade satélite de Brasília – DF.

Em razão disso, o presente artigo tem por intenção mostrar as percepções desses protagonistas escolares sobre a participação, bem como apontar os avanços e as dificuldades percorridas para a sua efetivação. Assim, o tema da participação será abordado sob estes enfoques: a participação nos instrumentos normativos brasileiros; os espaços de participação no âmbito escolar; e como se efetiva, na prática, a participação nas diferentes atividades escolares.

A pesquisa se concentrou no espaço de tempo entre 1995 e 2000, período em que, de acordo com a minha experiência de oito anos na rede pública de ensino do Distrito Federal, como professora de ensino médio, vivenciei a concepção e a política de um plano de governo, no período de 1995 a 1998 (BRASIL, 1995), denominada Escola Candanga, e uma proposta pedagógica, aprovada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, por meio do parecer n. 62/99 – CEDF, implantada experimentalmente no ano de 2000, já em outra gestão governamental, que corresponde ao principal instrumento norteador de educação no Distrito Federal, até os dias atuais (BRASIL, 1999).

A escola objeto de investigação é considerada, pela administração do sistema de educação do Distrito Federal e também pela comunidade da cidade de Taguatinga, como um modelo de participação mais significativa dos pais, alunos e professores, em comparação com outras escolas. Em 1996, integrando a política de Educação do Distrito Federal, esta unidade de ensino foi concebida como “Escola Candanga”, e seus princípios norteadores se mantêm, até a presente data.

A concepção da Escola Candanga teve como princípios norteadores a democracia, a cidadania, a cultura e o trabalho, preconizando a mudança de atitudes e hábitos no fazer pedagógico da comunidade escolar. Tem a característica de ser uma escola de vivência, na qual o ser humano é concebido como criador, inclusive de valores.

Com a mudança de governo no Distrito Federal, em 1999, essa experiência foi automaticamente substituída por nova proposta pedagógica (BRASIL, 1999). No entanto, não se perceberam, na prática, mudanças radicais na escola estudada, permanecendo, de modo geral, os mesmos projetos e princípios de participação.

Como caminho metodológico, optou-se pela abordagem qualitativa, valendo-se da pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas não estruturadas para professores, pais, alunos e equipe de direção. Considerando-se a ênfase dada aos aspectos relacionados à participação dos alunos, utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, a técnica do desenho, utilizada em duas turmas, selecionadas por sorteio. A escolha dessa técnica justifica-se em razão da faixa etária dos estudantes (entre 7 e 12 anos) e da busca de aprofundamento das informações obtidas pelas entrevistas diretas, pois, além facilitar a espontaneidade dos interlocutores, a expressão gráfica oferece melhores respostas do que as entrevistas.

Uma questão recorrente é o fato de que a participação tem se revelado um anseio dos envolvidos no processo educacional. Por essa razão, realizei uma consulta junto aos autores que lograram elucidar os diferentes conceitos de participação e, principalmente, que buscaram definir a participação democrática, que pressupõe o envolvimento da comunidade como um todo e o partilhamento do poder de decisão. Esses conceitos iluminaram o caminho percorrido pela presente investigação.

A importante contribuição de Lima (1988), no que diz respeito ao esforço para conceituar a participação, associando-a à idéia de gestão democrática, bem como a tipologia de participação elaborada por esse autor, favoreceu o desenvolvimento de uma identificação dessas formas no cotidiano da escola em estudo.

Os condicionantes internos e externos da participação nas escolas, apontados por Paro (1995), propiciaram um reconhecimento desses fatores na escola pesquisada. Bem como, a possibilidade de verificar qual a concepção dos atores escolares sobre esse processo, a partir dos componentes presentes na visão da escola pública sobre a participação, identificados por esse autor.

Igualmente importantes foram as contribuições de Sá (2001). Primeiramente, no que se refere à criação de uma tipologia de (não) participação que contribuiu para um reconhecimento dessa orientação no âmbito escolar. A outra refere-se aos três fatores relevantes na prática participativa: o momento em que a participação ocorre, a substância da participação e a proporção dessa participação, os quais são fundamentais para perceber o envolvimento dos atores.

Do ponto de vista de vários autores que tratam dessa matéria, o conceito de participação está diretamente ligado ao conceito de democracia. Para Lima (1988, p. 22) “O conceito de participação surge geralmente associado ao conceito de democracia”. Passível de resultar em diferentes visões, motivo pelo qual torna-se complicada a sua conceituação, a participação pode assumir diversos sentidos, devido a diferentes concepções.

Referindo-se aos mecanismos de participação, esse autor considera que:

...embora em diferentes graus e diferentes modalidades, a participação é um mecanismo mais vulgarizado para conseguir a realização do princípio democrático, entendido este como um processo de democratização global que deve ser extensivo aos diversos aspectos da vida social, cultural, econômica, etc., tomando assim as mais diversas formas – participação na administração regional e local, participação dos trabalhadores, gestão democrática das escolas e de outras instituições, etc. (1988, p. 30).

Paro (1998, p. 16), partindo do princípio de que a participação é um processo democrático, sugere que “a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade”.

No tocante às relações na escola, esse autor ressalta que não se pode admitir a existência de espaço para uma democracia concedida, uma vez que este é um processo que se realiza praticando. Sendo assim, torna-se preponderante a participação dos sujeitos conscientemente críticos para a constituição de um sistema de ensino democrático.

Na mesma linha de entendimento, Hora (1994) reafirma o pensamento desse autor ao salientar que a participação da comunidade no processo educacional é condição precípua para a gestão democrática na educação. Para se efetivar o processo de democratização educacional, duas medidas são

imprescindíveis: uma é admitir a democratização das relações internas da unidade escolar e a outra é a participação de professores, alunos, pais e funcionários no arranjo organizacional da escola. A esse respeito, a autora conclui que:

A participação de professores, alunos, pais e funcionários na organização da escola, na escolha dos conteúdos a serem ensinados, nas formas de administração da mesma, será tão mais efetivamente democrática, na medida em que o componente domine o significado social das suas especificidades numa perspectiva de totalidade, isto é, se o significado social da prática de cada um é capaz de desenvolver a autonomia e a criatividade na reorganização da escola para melhor propiciar a sua finalidade: democratização da sociedade pela democratização do saber (1994, p. 135).

Sá (2001) ressalta que o conceito de participação tem um sentido plural e um caráter sedutor, retórico e manipulativo. A pluralidade é um fato que tem permitido a sua utilização imprecisa, ensejando a predominância da dimensão *apelativa* e conotação *positiva*, significando que a comunidade participa por uma questão de boa vontade, o que a aproxima de uma ação caritativa. Ressalta que esse fenômeno assume um caráter muito restrito e instrumentalizado e que a participação, quando concebida como sinônimo de presença, é resumida à colaboração subordinada “no quadro dos discursos e das expectativas de alguns dos atores centrais no processo educativo das crianças” (2001, p. 1).

Assim, como há uma diversidade de conceitos, há também um grande número de tipos de participação. Lima (2001, p. 73) sugere que a participação pode ser “classificada de acordo com a seleção de quatro critérios: (1) democraticidade; (2) regulamentação; (3) envolvimento; (4) orientação”, distinguindo desta base vários tipos e graus de participação. Sá (2001, p.71) reporta-se a participação que “...tende a ser episódica, concentrando-se apenas em determinados momentos e em eventos muito específicos...”. É um tipo que tem como característica a sua prática apenas em certos períodos, mais precisamente, em certos eventos. Paro (1995), ao se referir à dimensão dos condicionantes ideológicos de participação existentes no âmbito da escola, evidencia o tipo executivo, isto é, aquele que não se refere à partilha nas decisões, e sim à colaboração. Nesse sentido, lembra que:

A participação como um encargo a mais para o trabalhador está muito presente no discurso daqueles que ostentam uma concepção meramente executiva dessa questão, imputando aos usuários, como dever seu, aquilo que é obrigação do Estado realizar (1995, p. 307).

Além da participação, existe ainda, no cenário educacional, a perspectiva da não-participação, que é um fenômeno também considerado por diversos autores. Lima (2001) sugere que a não-participação se caracteriza por limitar, formalmente e com sutileza, a chance de participação dos atores. Entendendo que “a não-participação é uma das orientações possíveis que pode igualmente concentrar diferentes significados” (2001, p. 87), esse autor a classifica, selecionando por critérios, distinguindo-se alguns tipos como, por exemplo, não-participação consagrada por omissão – que acontece quando nos instrumentos normativos não é nomeada ou prevista a participação dos atores, ou, então, se estipulam modalidades de participação que, ao serem posteriormente regulamentadas, afastam certos tipos de pessoas.

Sá (2001) reporta-se a um tipo que tem como característica a tendência de ser *episódica*, isto é, aquela que ocorre apenas em certos períodos, mais precisamente, em certos eventos.

Paro (1998) sugere que há uma tendência geral em se acreditar que a não-participação ocorre em virtude de uma oposição natural dos atores a todo e qualquer tipo de participação. Nesse sentido, assim se expressa o autor:

Embora nem todos apelem para uma inclinação “natural” das pessoas à não-participação, parece difundida no senso comum a crença em que a não-participação se deve a uma espécie de comodismo sem razão de ser, próprio de nossa tradição cultural (1998, p. 52).

Ao se elencarem os vários pontos “sensíveis” inerentes à participação e sua relação com a gestão democrática na escola, uma questão relevante é o próprio entendimento da comunidade educacional sobre o conceito de participação. Parto do princípio de que não pode haver uma ação participativa efetiva, se o conceito não for claramente compreendido e internalizado por essa comunidade.

A partir dessa primeira percepção, apresento a seguinte indagação inicial:

A participação da comunidade escolar, na forma como vem se apresentando na escola estudada, constitui um fator determinante de gestão democrática na escola?

A indagação inicial suscita outras questões para a compreensão do objeto de estudo: Quais segmentos da escola participam das decisões referentes à concepção e execução das atividades escolares? A que nível e tipo de participação os diferentes atores têm acesso? Qual a percepção dos atores escolares sobre a participação? Qual a relação entre as concepções teóricas e a prática da participação?

A participação nos instrumentos normativos brasileiros

Classificada como democrática ou popular, a Constituição de 1988 significou a reconquista da cidadania. Contou com a participação popular na subscrição de

propostas e emendas. Essas emendas populares calçaram a idéia da educação como direito de todos. Por tais fatos, é possível considerar que este foi um dos momentos em que se assistiu a um alargamento dos espaços para a participação.

No que diz respeito à participação da comunidade escolar, verifica-se que, apesar do fato em comum de a primeira LDB (Lei 4.024/61) e a segunda (Lei 9.394/96) surgirem em tempos de retomada democrática, essa prática não se impôs em toda a sua plenitude (NISKIER, 1996). A nova LDB é parcimoniosa ao abordar a participação da comunidade escolar (professores, pais, alunos, entre outros).

Especificamente no que se refere à participação dos professores, no artigo 13, em que são explicitadas as incumbências do docente, essa prática se dá pela elaboração da proposta pedagógica e do plano de trabalho da escola (art. 13, Incisos I e II e art. 14, Inciso I); ou seja, participar do planejamento e da avaliação da escola; participar das atividades de desenvolvimento profissional; colaborar na aproximação da escola com as famílias e a comunidade, etc. E no parágrafo único do artigo 56, no caso das instituições públicas de educação superior, fixa em 70%, a participação, dos respectivos professores, em cada órgão colegiado e comissão.

A participação da comunidade indígena na construção de sua educação escolar está implícita no art. 79, parágrafo 1º, no qual os sistemas de ensino, ao elaborar os conteúdos da educação ao índio, devem ouvi-los.

O Plano Nacional de Educação, previsto na Constituição de 1988 e disciplinado pela nova LDB, a Lei n. 9.394/96, ao expressar as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino, evidencia o objetivo de democratizar a gestão do ensino público a partir da observância aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da unidade de ensino e a participação da comunidade escolar em conselho escolar ou instância equivalente.

Como se vê, é possível considerar que esse instrumento normativo demonstra uma atenção maior à participação dos envolvidos no processo educacional, a partir de propostas embasadas na importância do envolvimento dos pais em assuntos da escola. Contudo, é preciso estar atento para o fato de que o alcance de tais objetivos está condicionado à efetiva prática participativa em que, além do empenho, haja também um elevado grau de envolvimento nas ações desenvolvidas, tais como o acompanhamento e avaliação, bem como a conseqüente cobrança das metas nele propostas, entre outros procedimentos.

A par da sua inclusão nos dispositivos legais da educação brasileira, a participação evidencia a sua relevância na própria história de lutas populares pela ampliação dos direitos à educação. Apesar de todo esse esforço, a participação não foi ainda caracterizada como instrumento efetivo de decisão da comunidade escolar.

Os próprios instrumentos legais que a nortearam não contaram com a participação da sociedade em sentido amplo. A própria elaboração da LDB de 1996 foi um exemplo de “não-participação”. Cabe lembrar, conforme analisa Mendonça (2000), que, embora organismos privados da sociedade civil tivessem sido convidados a participar, iniciando por meio da previsão de audiências com entidades representativas para o processo de elaboração do texto constitucional, oportunidade em que surgiu o Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, oficialmente instalado em fevereiro de 1987, ao final, a participação foi anulada por gestos autoritários, a partir de uma série de acontecimentos.

Devido a essa abertura, foi possível a apresentação de emendas populares no processo constituinte, sendo, portanto, atendidas as reivindicações das entidades, principalmente aquelas que se incorporaram ao Fórum. Contudo, essa participação foi controlada em decorrência das manobras de um grupo de lideranças suprapartidárias que conseguiu influir com mudanças as quais desfavoreceram as premissas do processo de participação.

Voltando novamente a prática de audiências públicas para a participação dos representantes da comunidade educacional, na elaboração da LDB, especificamente dos especialistas em áreas consideradas polêmicas, da mesma forma, a comunidade educacional se mobilizou, propiciando a anexação de várias propostas ao primeiro projeto de lei apresentado. No entanto, em decorrência de manobras e estratégias que tantos entraves trouxeram para o processo participativo, o substitutivo aprovado em muito se diferenciou do primeiro, apesar da manifestação dessas entidades, conforme explicita esse autor.

Tais fatos remetem a uma inferência de que é possível utilizar o termo “participação” apenas como adjetivo de um processo, o que não significa um envolvimento efetivo dos participantes.

Os espaços de participação no âmbito escolar

Os espaços de participação na escola também são orientados por normas que permitem aos atores um certo grau de autonomia. Desta forma, a prática participativa que se apresenta no âmbito desses estabelecimentos de ensino é legitimada por instrumentos regulamentares, se constituindo em uma participação com característica formal, por ser decretada e efetivada em um documento normativo/legal.

Essas instâncias orientam-se por instrumentos normativos que influenciam no modo de atuar dos envolvidos nesse processo. Desta forma, o atendimento às orientações normativas (Decretos, Regulamentos, Instruções Normativas, etc.) caracteriza a prática da participação formal nas escolas, a qual, segundo Lima (2001, p. 75), “é uma participação normativamente referenciada, prevista e regulamentada, podendo ser entendida como participação legalmente autorizada ou simplesmente como participação legal”.

Embora explícito que o propósito da institucionalização dessas instâncias escolares seja a consagração de uma maior participação da comunidade interna e externa nos assuntos da unidade escolar, certas disposições normativas restringem a ação dos atores, caracterizando-se, segundo esse autor, como uma *não-participação decretada*, como é o caso de não ser permitido aos alunos menores de 21 (vinte e um) anos atuar como membro suplente do Conselho Fiscal da Caixa Escolar, ou, então, o caso em que é vedada àqueles atores com menos de 1 (um) ano de lotação na escola a participação na Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral dos membros do Conselho Escolar.

A participação segundo a expressão figurativa dos alunos

Dentre os instrumentos que serviram de base para coleta de dados, as entrevistas semi-estruturadas permitiram uma análise das crenças e opiniões dos pais, professores e direção, a respeito do tema da participação, e as expressões escritas e figurativas favoreceram o entendimento sobre as concepções de participação dos alunos.

Com efeito, diferentemente dos pais, direção e professores, os desenhos apresentaram aspectos muito mais ricos do que as perguntas diretas, que, em geral, foram respondidas laconicamente pelas crianças.

A utilização do desenho para investigar a percepção dos alunos sobre a participação sem dúvida, proporcionou às crianças uma oportunidade para que as mesmas revelassem fatos importantes de suas percepções, pois, com muita facilidade, caracterizaram seu ponto de vista sobre a participação, relacionando esse princípio democrático às práticas observadas e/ou vivenciadas no seu cotidiano.

Os 66 desenhos, foram agrupados em cinco grupos, de acordo com suas características temáticas, da seguinte forma: participação como jogo de regra; participação como jogo de exercício; participação como representação simbólica; participação como aprendizagem sistemática; e participação como colaboração.

16% dos alunos expressaram seu conceito de participação por meio de desenhos de brincadeiras em que se usam o corpo (pular amarelinha, queimada, etc).

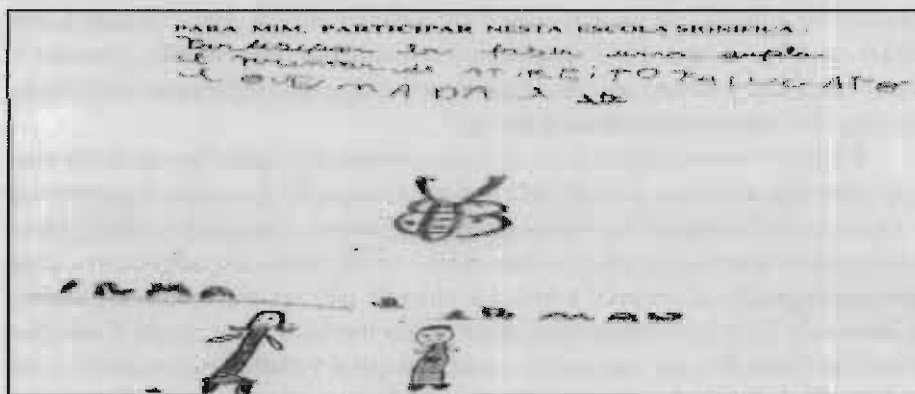


Figura 1

Participar é fazer uma dupla e brincar de atirei o pau no gato, de queimada e etc.

No jogo simbólico, 20% dos alunos investigados revelaram o modo pelo qual se recordam de suas experiências sobre a participação, por meio de desenhos voltados para a arte de imitar (fazendo teatro, apresentando-se em auditórios, escrevendo livros, etc.).

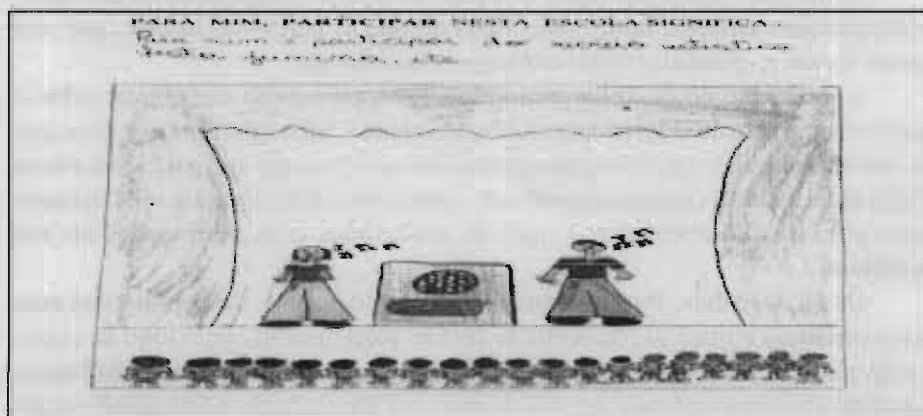


Figura 2

Para mim, é participar do recreio artístico, festa junina, etc.

Para 20% dos alunos analisados, praticar jogo de regras (futebol, xadrez, etc.) é uma maneira de participar.

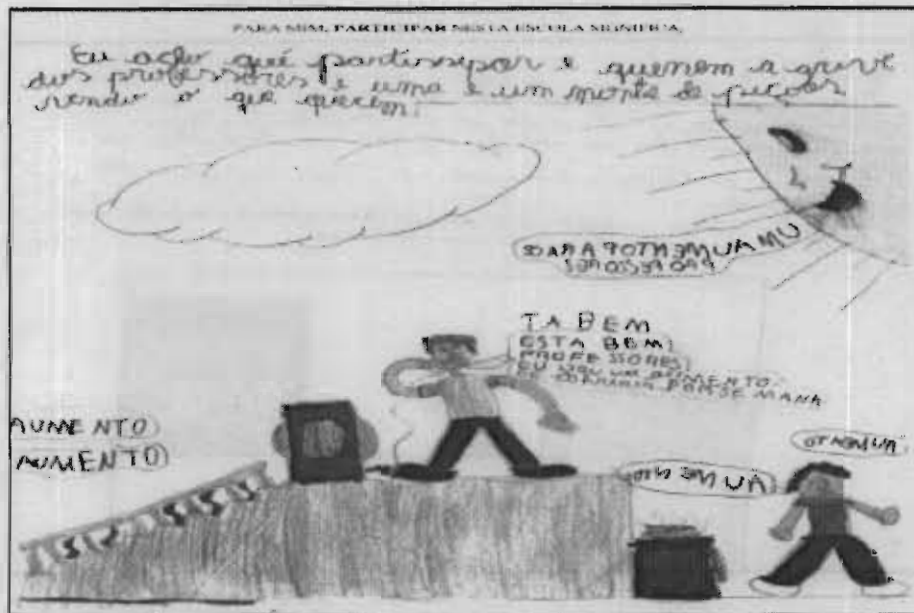


Figura 3

Eu acho que participar é que nem a greve dos professores. É um monte de pessoas vendo o que querem. Um aumento para os professores. Aumento, aumento, aumento. Tá bem. Está bem, professores, eu vou dar um aumento de 100 horas por semana.

A colaboração, como uma forma de participar na escola, foi o entendimento de 29% dos alunos. Nesse grupo, ela foi associada à realização de um trabalho no qual se está presente para colaborar.



Figura 4

Significa ajudar a professora, a bibliotecária, a Direção. Geralmente a escola. Como eu posso ajudar, participar? Pagando a APM, nos eventos que acontecem na escola, nos passeios, retribuindo favores, ajudar os colegas em dúvidas, perguntas em debates, ajudar nos trabalhos de grupo. Para mim, participar nesta escola é viver no mundo da fantasia. Ajudando a professora como: levando os pratos na cantina, guardando seu material.

Na concepção de 15% dos alunos, participar é fazer parte das ações cotidianas desenvolvidas no âmbito escolar. Esse entendimento se esgota numa perspectiva exclusivamente centrada nas atividades da sala de aula.

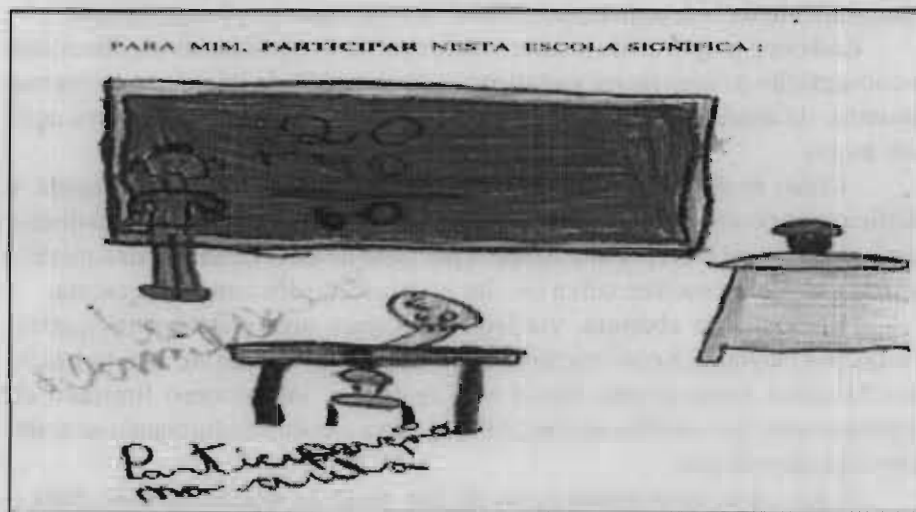


Figura 5
Participação na aula.

De acordo com as mensagens apresentadas nos vários desenhos, foi possível constatar que, devido aos diferentes níveis de conhecimento, houve visões diversificadas da escola e de seu sistema de participação, tendo, por esta razão, esses alunos, de acordo com os registros de suas experiências, percebido de forma distinta essa prática. Assim, seus conceitos foram expressos de diversas formas.

Algumas conclusões sobre a participação dos atores escolares

A leitura dos instrumentos normativos mostrou a sua intenção de regular a participação para uma prática mais organizada no âmbito da escola. Porém, os excessos de condições implícitas nesses instrumentos para assegurar o cumprimento da Lei, acabam por dificultar uma participação mais ampla.

Embora o propósito da institucionalização dessas instâncias escolares seja a consagração de uma maior participação da comunidade interna e externa nos assuntos da unidade escolar, certas disposições normativas restringem a ação dos atores.

Como se depreende das informações colhidas na escola investigada, a participação ocorre por vias diretas, (professores, alunos, direção, etc.) e indiretas (pais e/ou responsáveis por alunos, etc.), por meio de associação de pais e mestres (APM), conselho escolar, caixa escolar e associação dos amigos da escola.

Embora haja abertura, via legislação, para uma prática participativa, como, por exemplo, a construção de um Conselho Deliberativo, a participação das famílias nessa escola ainda está restrita a um número limitado de representantes no conselho escolar, APM, e caixa escolar, configurando-se como participação indireta.

Nesse caso, esse processo se dá por meio de representantes, dada a impossibilidade da participação de todos no processo de tomada de decisões. Os pais centram as suas preocupações em comparecer aos eventos principais, tais como reuniões de pais e mestres, festa junina, Dia Nacional da Família na Escola e também na emissão de sugestões.

Verificou-se que os espaços de participação na escola orientam-se por instrumentos normativos que influenciam no modo de atuar dos envolvidos neste processo. Desta forma, o atendimento às orientações normativas (Decretos, Regulamentos, Instruções Normativas, etc.) baliza a prática da participação formal nas escolas transformando-a em prática prevista e regulamentada, podendo ser entendida como participação autorizada ou legal.

No que se refere à compreensão da comunidade escolar, sobre o fenômeno da participação, a pesquisa mostrou visões diversificadas. Mesmo apresentando uma forma positiva de ver a participação, esta adquire diferentes nuances, devido aos variados graus de envolvimento desses atores.

A participação é concebida pelos alunos como algo agradável, sendo, por esta razão, desejada e também entendida como uma prática que se realiza em parceria, conforme pôde ser observado nas expressões figurativas e entrevistas.

Alguns alunos compreendem a participação de uma forma mais passiva, sugerindo, até mesmo, um tipo que poderíamos denominar de participação

conveniente, pelo fato de haver um envolvimento reservado e, conseqüentemente, um risco menor de se expor.

Já outros entendem a participação mais dinâmica e compromissada, como, por exemplo, no jogo de regras. Embora as motivações possam ser muito diversas, é possível dizer que existe um consenso quanto à necessidade de regras para o envolvimento de um trabalho em conjunto. Implicam propósitos comuns, acordados sobre os procedimentos a serem adotados, os respectivos compromissos inerentes à prática participativa, a existência de uma interação entre os participantes do grupo, bem como a ligação entre o modo de organizar, decidir e realizar o jogo e a ação participativa.

Uma outra forma de participação dessas crianças é concretizada no cumprimento das formalidades escolares, como fazer o dever escolar, ajudar a professora ou mesmo ir à escola.

Um fator que parece influir nas diversas formas de conceber a participação é a própria experiência vivenciada pelos alunos. À exceção de três entrevistados que informaram não saber o que é participação, as demais respostas espelham que a maioria dos alunos investigados não estão alheios a essa prática, uma vez que participar significa a interação com os colegas e professores e a oportunidade para fazer coisas em parcerias.

Existem também algumas referências negativas, bem como outras que apontam para a inexistência de condições que levem a uma efetiva participação dos alunos. Entre elas encontram-se a falta de informação; relacionamento entre os participantes, modo de participar; ausência de instrumentos facilitadores; a (não) participação dos colegas e a falta de incentivo à participação.

Houve também referência positiva quanto à participação dos pais. Contudo, nota-se que esta prática está restrita às reuniões e eventos (festa junina, dia nacional da família na escola, etc.). Além disso, é possível observar que o cotidiano dos pais é marcado pela falta de tempo para participar, o que leva a crer em um fraco envolvimento, conforme afirmação dos filhos (alunos da escola investigada).

A maioria desses pais são professores. Sua participação restringe-se ao comparecimento em reuniões bimestrais e outros eventos especiais, como festas e comemorações. O fato de os pais participarem com maior incidência apenas em certos eventos lembra a participação episódica, que se caracteriza por ser aquela que ocorre apenas em períodos específicos, restringindo-se a colaboração restrita a levar os filhos à escola, pagar a APM, ir a reuniões de pais e mestres, etc. Observam-se também alguns fatores circunstanciais, como, por exemplo, a multiplicidade de compromissos, que influencia a não-participação, isto é, impede que os pais participem mais na escola.

Outro aspecto observado na escola foi a sinalização da pouca possibilidade, tanto dos alunos, quanto dos pais, de participar. Isto se deve talvez aos raros espaços de participação que a escola oferece. Entre estes se situam as reuniões, conselhos, festas e confraternização concebidas e preparadas pela própria escola. Nesses eventos, pais, alunos e professores participam como obrigação atinente a seus diferentes papéis.

Com respeito aos pais e professores, foi possível perceber uma tendência em valorizar a participação, tendo em vista que, por meio dela, torna-se possível captar recursos para sanar as dificuldades financeiras da escola, o que evidencia uma participação restrita aos condicionantes materiais que podem levar à não-participação.

O que parece ocorrer é que devido à escassez de recursos na escola, dentre outras questões, as pessoas que aí atuam centram suas preocupações especificamente na busca de soluções para esse problema, relegando a segundo plano, o estabelecimento de medidas que viabilizem a criação de uma dinâmica nesse meio para suscitar a cooperação e a participação. Por tais fatos, a participação dos pais na escola se torna providencial devido ao apoio financeiro aos projetos intraescolares, ajuda com aquisição de material para a escola, pagando a APM, entre outros.

Escola, pais e corpo docente constituem uma relação que tende a circunscrever-se ao âmbito administrativo, cabendo aos pais unicamente a função de angariar dinheiro. Neste caso, é possível compreender que essa tendência contribui para a adoção de uma postura mais colaborativa do que crítica.

No que diz respeito à disposição para participar, percebe-se que na visão dos pais e professores o processo participativo é considerado bom, sem contudo significar amplo envolvimento dos atores. Esse fato em relação ao processo participativo demonstra um comportamento cauteloso dos mesmos, caracterizando um tipo de participação reservada, uma vez que não demonstram desinteresse nem tampouco a possibilidade de rompimento com a idéia de participar.

Quanto à expectativa com o processo de participação na escola, os pais e professores deixam transparecer que estão satisfeitos, principalmente pelo fato de entenderem que há uma abertura para essa prática, por meio das instâncias já instituídas.

Ao que tudo indica, o funcionamento dessas instâncias não ultrapassa as fronteiras da formalidade, pois, conforme expresso nas entrevistas, os membros decidem somente assuntos pertinentes a uma pauta planejada pela diretoria da escola.

De acordo com os depoimentos, é possível verificar que mesmo institucionalizada e havendo uma forma positiva de encarar a participação, notam-se presentes no cotidiano da escola fatores que induzem à não-participação, no sentido conferido por Sá (2001), como a própria rigidez normativa, exigências burocráticas, a falta de tempo e condições financeiras da escola e das famílias.

Considerando que o desenvolvimento da ação participativa passa por um processo de aprendizagem e não pela imposição de normas e técnicas, é necessário que uma educação para a participação ativa seja colocada em prática, a fim de que o aluno, além do mínimo de preparação para a vida e para o desempenho de uma atividade profissional, esteja preparado, também, para a possibilidade de uma cidadania participativa, isto é, capaz de captar a realidade e intervir sobre ela.

A participação que eu defendo é aquela que se renova como espaço de democracia e que passe de uma participação retórica para uma participação que se concretize no dia-a-dia da ação educativa dos alunos, professores e pais. E, por isso, creio que uma educação para a participação é fundamental. Lembrando Vigotski (2000), a aprendizagem da criança depende essencialmente da colaboração de um adulto. Portanto, a escola deve promover espaços de participação.

Tendo acompanhado de perto, na escola investigada, os esforços despendidos na área da participação, percebi que há um longo caminho a percorrer para uma prática nos moldes preconizados pelos diversos autores; porém, comparando com a minha experiência como aluna e também professora, ainda é melhor do que as práticas desenvolvidas em outras unidades de ensino.

Portanto, algumas considerações podem ser indicadas para que a escola incremente a prática participativa.

Em primeiro lugar, resalto que a participação se efetiva na prática, mas carece de um processo continuado de reflexão teórica capaz de desvelar os condicionantes presentes na prática escolar.

É necessário criar condições para estimular a vontade dos diferentes atores de participar, visto que a participação não se dá nem pela imposição nem pelo “laissez faire”.

A participação não pode limitar-se à resolução de problemas da escola, mas deve buscar o envolvimento de todos para traçar os próprios rumos da educação a que a comunidade aspira.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. 4. ed. Campinas: Papirus. 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARGUMEDO, Manoel. Elaboração curricular na educação participante. In: WERTHEIN, Jorge; ARGUMEDO, Manoel. *Educação e participação*. Rio de Janeiro: Philobilon; Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Secretaria de Ensino de Primeiro Grau – MEC, 1985.

- BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. *O que é participação*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRASIL. SENADO FEDERAL/SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS. *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.
- BRASIL. SENADO FEDERAL/SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS. *Constituição: 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 1996.*
- BRASIL. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL/CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. *Plano quadrienal de educação do Distrito Federal 1995-1998*, Brasília: SEEDF, 1995.
- BRASIL. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL. *Proposta pedagógica da educação básica para as escolas públicas do Distrito Federal*. Brasília: FEDF, 1999.
- HORA, Dinair Leal da. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva*. 6. ed. Campinas: Papyrus, 1994.
- LIMA, Licínio. *Gestão das escolas secundárias: a participação dos alunos*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988.
- _____. *A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MACEDO, Lino de. Os jogos e sua importância na escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 93, p. 5-10, maio 1995.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. *A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira*. Campinas: Laplane, 2000.
- MOREIRA, Ana Angélica Albano. *O espaço do desenho: a educação do educador*. São Paulo: Loyola, 1993.
- NISKIER, Arnaldo. *LDB, a nova lei da educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional, uma visão crítica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- PARO, Victor Henrique. *Por dentro da escola pública*. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. *Gestão democrática da escola pública*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- SÁ, Virgínio. A (não) participação dos pais na escola: a eloquência das ausências. In: FONSECA, Marília; VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Orgs.). *As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola*. Campinas: Papyrus, 2001.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Recebida 1ª versão em 07.04.2003.

Aceita 2ª versão em 12.06.2004.